

## **Auditoria a estabelecimento de ensino superior - Instituto Politécnico do Porto**

### **SÍNTESE DE RESULTADOS**

A auditoria ao Instituto Politécnico do Porto (IPP) teve como objetivos a apreciação da legalidade, regularidade e racionalidade das despesas com o pessoal e com a contratação externa de serviços; a verificação do cumprimento das regras e princípios em matéria da Administração Financeira do Estado e a avaliação do sistema de controlo interno instituído. Esta ação incidiu essencialmente no período 2012/1º semestre de 2014, tendo a despesa total ascendido, no período, a montante superior a M€ 96.

#### **1. Principais conclusões**

As receitas próprias do IPP cobriram, em 2013, apenas 39,3% das despesas globais. Existe um número elevado de contas bancárias o que dificulta a otimização da gestão de tesouraria. A prestação de contas foi incompleta dada a ausência de registos de património. Não existe plano de compras que abranja o conjunto das unidades orgânicas do universo do instituto, as quais continuam a desenvolver autonomamente procedimentos de contratação pública. Não foram cumpridas regras legais e procedimentos de controlo interno essenciais na área da contratação pública (v.g., prazos muito reduzidos – 2/3 dias - para apresentação de propostas, não consulta a mais que uma entidade nos ajustes diretos, exclusão indevida de propostas, dilações temporais entre a publicitação no Portal Base e a celebração do contrato e concessão de adiantamento sem reunir os requisitos legais). Os procedimentos de controlo interno nas áreas de pessoal e financeira, da gestão patrimonial e do sistema de prestação de contas revelaram insuficiências.

#### **2. Principais recomendações à/s entidade/s auditada/s**

Refletir a verdadeira situação financeira nos documentos de prestação de contas e fomentar o aumento das receitas próprias e a redução da sua estrutura de custos operacionais. Elaborar plano de compras e centralizar a contratação externa. Reduzir o número de contas bancárias na banca comercial, convergindo para a domiciliação junto do IGCP para uma melhor gestão da tesouraria e liquidez do Estado. Implementar regras e procedimentos tendentes a assegurar o cumprimento das regras da contratação e da realização da despesa pública. Suprir as insuficiências identificadas no sistema de contro interno na área de pessoal e financeira. Foi efetuada comunicação ao Tribunal de Contas, por existirem indícios de infrações financeiras na área da contratação pública.

**(Relatório n.º 2410/2014, homologado, por S. Ex.ª Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, em 2015-07-17).**